

**EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.
TEORIA E PRÁTICA PARA A CONSTRUÇÃO
DO CURRÍCULO E PLANEJAMENTO
EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI):
CONTEXTUALIZAÇÃO E MODELOS**

Márcia Vales Ferreira

Copyright © Márcia Vales Ferreira

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

F383e

Ferreira, Márcia Vales— 1970 -

Educação especial inclusiva - Teoria e prática para a construção do currículo e Planejamento Educacional Individualizado (PEI): contextualização e modelos; Márcia Vales Ferreira; Independente — Rio de Janeiro/RJ – 1ª ed.; 2020

259 p.; a5

ISBN: 978-65-5023-064-7

1. Educação; 2. Formação de professores

I. Título.

CDD: 370

Que os nossos esforços desafiem as impossibilidades. Lembrai-vos de que as grandes proezas da história foram conquistas do que parecia impossível.

(Charles Chaplin)

AGRADECIMENTOS

Em tudo, dai graças, porque esta é a vontade de Deus, em Cristo Jesus, para conosco. Tantos seriam os momentos de fracasso, se não fossem vossas mãos a erguer-me, para que prosseguisse em meus passos. Agora, minhas mãos unem-se em oração, na suave brisa do acaso, ouço vossa voz a parabenizar-me.

E dou graças, obrigada, Senhor... Eu consegui, a emoção é forte, bem o sei. Agora, com o símbolo da vitória em vossos braços, ergo os olhos aos céus e murmuro uma prece: Obrigada, Senhor.

Agradeço a Deus, por estar presente em todo o curso da minha vida, me dando força, saúde e capacidade mental para superar os desafios.

À minha família: esposo, filha, pai que durante este período me inspiraram com a compreensão da minha ausência. E na memória de minha mãe que sempre fomentou o gosto e valia dos estudos.

Aos meus colegas que caminharam junto comigo neste desafio.

Àquelas pessoas que quando deveriam ser simples professores, foram mestres. Que quando deveriam ser mestres, foram amigos e em sua amizade nos compreenderam e nos incentivaram a seguir nosso caminho.

Muito obrigada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AADID | Associação Americana de Deficiência Intelectual Desenvolvimento |
| AAMR | Associação Americana de Retardo Mental |
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| EEE | Equipe de Educação Especial |
| GE's | Grupos de Estudos |
| LIBRAS | Língua Brasileira de sinais |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação |
| NEE | Necessidades Educacionais Especiais |
| OE | Orientador Educacional |
| OP | Orientador Pedagógico |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PDEI | Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado |
| PEI | Planejamento Educacional Individualizado |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPI | Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| UE | Unidade de Ensino |
| UNESCO | <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> Na língua portuguesa brasileira: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. |
| ZDP | Zona de Desenvolvimento Proximal |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Quadro enfatizando o Parecer CNE/CEB Nº 2/2001, retratando que a Educação Especial deve transpassar todos os níveis de ensino..... | 55 |
| Figura 2 - Quadro elaborado pela AAMR (2006, p. 143), elucidando o modelo de apoios para pessoas com deficiência intelectual..... | 85 |
| Figura 3 - Quadro elaborado pela AARM (2006, p. 215), exemplificando as Habilidades Adaptativas Conceituais, Sociais e Práticas..... | 86 |
| Figura 4- Esquema elaborado pela AAMR (2006, p. 22), que retrata resumidamente o papel preponderante da funcionalidade dos apoios a serem fomentados pelo PEI..... | 93 |
| Figura 5- Documento A (elaborado pela autora), página 1..... | 102 |
| Figura 6- Documento A (elaborado pela autora), página 2..... | 103 |
| Figura 7- Documento A (elaborado pela autora), página 3..... | 104 |
| Figura 8- Documento B (elaborado pela autora), página 1..... | 106 |
| Figura 9- Documento B (elaborado pela autora), página 2..... | 107 |
| Figura 10- Documento C (elaborado pela autora)..... | 108 |

| | |
|--|-----|
| Figura 11- Documento D (elaborado pela autora), página 1... | 110 |
| Figura 12- Documento D (elaborado pela autora), página 2... | 111 |
| Figura 13- Documento E (elaborado pela autora)..... | 114 |
| Figura 14- Documento F (elaborado pela autora), dois modelos..... | 116 |
| Figura 15- Documento F (elaborado pela autora), primeiro modelo..... | 117 |
| Figura 16- Documento F (elaborado pela autora), segundo modelo..... | 118 |
| Figura 17- Documento G (elaborado pela autora)..... | 119 |
| Figura 18- Documento H (elaborado pela autora), página 1... | 120 |
| Figura 19- Documento H (elaborado pela autora), página 2... | 121 |
| Figura 19- Documento H (elaborado pela autora), página 3... | 122 |
| Figura 20- Documento H (elaborado pela autora), página 4... | 123 |
| Figura 21- Documento H (elaborado pela autora), página 5... | 124 |
| Figura 22- Documento H (elaborado pela autora), página 6... | 125 |
| Figura 23- Documento H (elaborado pela autora), página 7... | 126 |
| Figura 24- Documento H (elaborado pela autora), página 8... | 127 |

| | |
|--|-----|
| Figura 25- Documento H (elaborado pela autora), página 9... | 128 |
| Figura 26- Documento H (elaborado pela autora), página 10..... | 129 |
| Figura 27- Documento I (elaborado pela autora): Modelo do PEI da segunda escola da pesquisa, página 1..... | 130 |
| Figura 28- Documento I (elaborado pela autora): Modelo do PEI da segunda escola da pesquisa, página 2..... | 131 |
| Figura 29- Documento I (elaborado pela autora): Modelo do PEI da segunda escola da pesquisa, página 3..... | 132 |
| Figura 30- Documento I (elaborado pela autora): Modelo do PEI da segunda escola da pesquisa, página 4..... | 133 |
| Figura 31- Fragmentos do PEI da segunda escola da pesquisa referentes às Habilidades Conceituais..... | 134 |
| Figura 32- Fragmentos do PEI da segunda escola da pesquisa referentes às Habilidades Sociais..... | 135 |
| Figura 33- Fragmentos do PEI da segunda escola da pesquisa referentes às Habilidades Práticas..... | 136 |
| Figura 34- Fragmentos do PEI da segunda escola da pesquisa referentes às Múltiplas Inteligências..... | 137 |
| Figura 35- Documento J (elaborado pela autora), página 1 ... | 139 |

| | |
|---|-----|
| Figura 36- Documento J (elaborado pela autora), página 2 ... | 140 |
| Figura 37- Documento J (elaborado pela autora), página 3 ... | 141 |
| Figura 38- Documento J (elaborado pela autora), página 4.... | 142 |
| Figura 39- Documento K (elaborado pela autora), página 1... | 148 |
| Figura 40- Documento K (elaborado pela autora), página 2... | 149 |
| Figura 41- Documento K (elaborado pela autora), página 3... | 150 |
| Figura 42- Documento K (elaborado pela autora), página 4..... | 151 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| PREFÁCIO..... | 13 |
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1 CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE A PARTIR DO MANIFESTO DOS PIONEIROS EM PROL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA..... | 34 |
| 1.1 Manifestos pela Educação Nova e o fortalecimento da educação pública. Historicizando com a Educação Inclusiva a partir da Declaração de Salamanca e diretrizes curriculares: <i>Um divisor de águas</i>..... | 35 |
| 1.2 Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial num enfoque inclusivo, abarcando o contexto legal... .. | 42 |
| 2 TEORIAS QUE SUBSIDIAM O CURRÍCULO NUMA VISÃO INCLUSIVA..... | 64 |
| 2.1 Montessori, uma precursora do currículo inclusivo..... | 66 |
| 2.2 A abordagem de Feuerstein e Vigotsky na concretude do Planejamento Educacional Individualizado..... | 70 |
| 2.3 Caminhos teóricos em direção à construção do Planejamento Educacional Individualizado..... | 77 |
| 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INCLUSÃO EM PROL DO PLANEJAMENTO..... | 96 |

| | |
|---|------------|
| 3.1 Currículo inclusivo em prol do planejamento | 98 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 152 |
| REFERÊNCIAS | 158 |
| ANEXOS | 209 |

PREFÁCIO

A preocupação com uma educação para todos tem sido assunto recorrente das políticas públicas, da Universidade e de toda a sociedade. Quanto melhor for o ensino, mais desenvolvimento e aprendizagem terá o estudante. Assim, o ensino vem tomando proporções mais abrangentes e dinâmicas, de modo a atender alunos nas mais diferentes condições. A educação inclusiva está encontrando mais espaço nas escolas por meio da formação continuada docente e de propostas pedagógicas desafiadoras tanto por parte dos educadores como pelas ações governamentais.

Esta obra, de leitura fácil e cativante, apresenta o conceito da educação inclusiva e seu percurso na história do ensino brasileiro atrelado à prática pedagógica com alunos com necessidades especiais. A autora, Professora Márcia Vales Ferreira, revela o trabalho inclusivo e colaborativo realizado no interior de duas escolas de primeiro segmento do ensino fundamental de dois municípios da Baixada Fluminense.

A autora possui muita experiência no processo ensino-aprendizagem, especialmente na modalidade da educação especial. Sua inquietação em discorrer sobre o tema da educação inclusiva foi provocada pelas experiências acadêmicas e vivências nas escolas em que atua como profissional. Logo, o resultado dessa pesquisa é muito interessante, tornando-a instrutiva e pronta para reflexões e tomadas de decisão por parte dos leitores interessados no assunto.

Cumprimento a Professora Márcia Vales Ferreira pela excelência do texto. Mais que isso: ratifico que o que se segue

Educação Especial Inclusiva
Teoria e prática para a construção do Currículo e Planejamento Educacional Individualizado
(PEI): contextualização e modelos. Por Márcia Vales Ferreira

apresenta comprometimento, respeito, amor e dedicação à
educação de crianças e jovens.

Professora Patrícia Rodrigues Rocha.
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande
Rio (PPGHCA/UNIGRANRIO).
Janeiro de 2019.

INTRODUÇÃO

O interesse em perscrutar os caminhos percorridos pela educação inclusiva no Brasil e os desdobramentos legislativos que contemplam seu enfoque inquieta-me desde o ingresso na rede de ensino de dois municípios da Baixada Fluminense para o cargo de Professora I na função de Orientadora Educacional. Este interesse pelo tema desvelou-se pelo contato com alunos oriundos da Escola Pública da classe popular que necessitam de um olhar atento diversidade.

Assim sendo, enquanto orientadora educacional tenho que acolher os educandos com necessidades especiais desde o processo de matrícula, organizando com o corpo técnico-pedagógico da escola e na interlocução com a consultoria das Secretarias de Educação os suportes necessários na classe comum e no atendimento educacional especializado.

A inserção cada vez mais intensa de crianças especiais nas redes de ensino, muitas delas sem laudo, é uma temática pouco estudada no Brasil. Estando eu na efervescência dos debates sobre o assunto, inquietou-me tal tema em questão por se tratar de um paradigma (inclusão) em construção no cenário educacional brasileiro e por ser uma política pública de âmbito nacional.

Partindo dessa inquietação, um estudo tendo como objeto epistemológico o currículo adaptado e mediado pelo planejamento educacional individualizado, contemplaria o meu desejo de compreender os fundamentos da educação inclusiva e o seu conceito contido no documento de esfera nacional.

Dessa forma, o entrelaçar das minhas experiências nos âmbitos acadêmico e escolar e a pesquisa bibliográfica,

alicerçadas pelas leituras realizadas, possibilitaram o desenvolvimento deste estudo e contribuíram para a busca de caminhos investigativos no vasto campo da educação inclusiva. Partindo dessas considerações, apresentaremos a seguir o tema da pesquisa, o objeto de análise, os problemas e a justificativa que embasam este estudo.

O escopo desta análise parte do pressuposto de que o debate da educação inclusiva no Brasil tem se intensificado e ocupado lugar de destaque nos discursos acadêmicos, sociais e políticos. Investigações acerca dessa temática vêm sendo desenvolvidas por alguns pesquisadores em educação, apontando algumas direções para a compreensão do processo educativo no Brasil e para possíveis ações transformadoras da realidade educacional do país.

Dentro das perspectivas de incursões pedagógicas relacionadas à pesquisa educacional, destacam-se os estudos acerca da Educação Inclusiva e suas possíveis contribuições para a educação no Brasil. Esses estudos vêm sendo divulgados nos meios educacionais brasileiros em forma de artigos, periódicos, livros, reflexões e eventos, evocando a discussão sobre fundamentos, ações, reflexões e práticas de educação integral sob a responsabilidade das instituições educacionais. De acordo com esse entendimento, Beyer (2005, p.69), afirma que “a discussão sobre o currículo precisa, necessariamente, passar pela discussão sobre a mudança de paradigmas na educação especial”. Percebemos, assim, uma preocupação dos profissionais da educação com a melhoria da qualidade educacional do país e vislumbramos a implantação da educação inclusiva como possibilidade de concretização desse anseio. Como afirma Beyer (2005), temos dois momentos históricos específicos, no que diz respeito à predominância de paradigmas, com impactos correspondentes nas propostas curriculares. O

primeiro refere-se ao paradigma clínico médico, limitando o indivíduo a instância orgânica. O segundo momento diz respeito às ênfases de integração e inclusão escolar. Nesta perspectiva, observa-se que a Educação Especial se ombreia na direção do cenário educacional, objetivando um propósito inclusivo a ser alcançado pela política pública nacional de educação. Essa iniciativa política propõe a reassunção de se avivar o debate sobre o tema da educação inclusiva, a partir dos avanços conquistados no início da década de 90 com as diretrizes curriculares. Estas elucidações acerca da Educação Especial estão calcadas em legislações nacionais a serem elucidadas mais adiante. Entretanto, cabe destacar que o Brasil foi signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, primando pelos ensinamentos da educação inclusiva, contidos na Declaração de Salamanca de 1994 e no Pacto de Educação para Todos de 1990.

Com o intuito de contribuir com essa discussão, propomos perscrutar a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tendo como estudo de campo escolas da Baixada Fluminense, visando elucidar a prática pedagógica benéfica a todos os alunos, com amplo envolvimento e engajamento de todos os profissionais da educação, não cabendo mais a dicotomia professor especial e regular, pois, todos contribuem em seus diversos espaços de formação, formando elos. A análise e reflexão do objeto desta pesquisa, a saber, será a operacionalização do currículo. Pesquiso as concepções de educação inclusiva iniciando com o Manifesto dos Pioneiros, que foi um marco crucial na Educação Brasileira, assim como foi a Declaração de Salamanca, instituindo, pois, saberes em prol da educação. Sendo assim, o intuito desta análise será refletir sobre a proposta de educação inclusiva se constituindo o nosso problema de pesquisa, dada a necessidade de

aprofundamento sobre o tema proposto e a multiplicidade de conceitos e ações referentes ao mesmo.

A compreensão da concepção de educação inclusiva presente no objeto deste estudo tem sua relevância na atualidade do tema, uma vez que se encontra inserida no contexto nacional de políticas públicas que evocam a busca pela qualidade da educação brasileira e pelo seu caráter inovador. Além disso, o estudo busca contemplar a educação integral como jornada ampliada das políticas públicas.

A Educação Inclusiva é preponderante em prol da concretude de um ensino de qualidade, problematizando e aguçando novas diretrizes ao campo da Educação. Assim, este estudo tem como justificativa a importância da educação inclusiva como foco de políticas públicas nacionais e a necessidade de compreensão do currículo adaptativo, mediado pelo planejamento educacional especializado. A partir da delimitação do tema proposto, da sua problemática e da justificativa, apresentados acima, apontaremos, em seguida, as questões de estudo e os objetivos a serem alcançados nesta pesquisa.

A partir dessas considerações, tendo como referencial os pontos supracitados, propomos projetar um percurso de pesquisa que abarque os aspectos conceituais e normativos da educação inclusiva no sistema educacional brasileiro.

Acreditamos que deste estudo poderão emergir novos caminhos à compreensão e à implementação de experiências em currículo adaptado, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do planejamento educacional individualizado.

Em suma, nesse momento inicial, apresentamos o percurso histórico do interesse pelo tema da educação e balizamos as questões epistemológicas que nos direcionam ao

tema, objeto, problema, justificativa, questões e objetivos do estudo.

Apontamos, na etapa pospositiva, os autores, conceituações e legislações que referenciaram o arcabouço teórico desta pesquisa e a metodologia de coleta e análise de dados que utilizamos para realizar a mesma. Para a consecução dos objetivos propostos, respaldamos os nossos apontamentos nos aspectos teóricos e metodológicos a seguir explicitados.

O arcabouço teórico desta pesquisa tem, como tema central de análise, a educação inclusiva, conceito fundamental para o desenvolvimento deste estudo. A partir desse entendimento, algumas considerações iniciais podem ser tecidas para aprofundar os conceitos associados a essa temática. Inicialmente, apontamos que, na história da educação, o viés da inclusão escolar se apresentou como referencial de qualidade ao ensino em diferentes momentos históricos. Temos como fio condutor a Declaração de Salamanca (1994), um divisor de águas para o conceito atualmente construído a favor da Educação Especial sob o viés inclusivo. Todavia, Mazzotta na década de 1980 já prenunciava uma política de ação, visando atender as especificidades e interesses em prol de igualdade de oportunidades dos alunos oriundos da modalidade da Educação Especial. Indo ao encontro desse entendimento, reflito que:

A Educação Especial está [...], baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação dos serviços educacionais de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam. Nesse sentido, ela representa um desafio aos educadores para encontrar caminhos e meios, estabelecer uma política de ação e criar facilidades para a

provisão de recursos educacionais apropriados a todos os educandos (MAZZOTTA, 1982, p. 10-11).

De acordo com Mazzotta (1995), o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a história de pessoas com necessidades especiais. Neste prisma, revisitando o percurso histórico, percebe-se que na literatura da Roma Antiga as crianças com deficiência, nascidas até o princípio da era cristã, eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis. De acordo com Platão em seu livro *A República* (1956), as crianças deficientes eram ocultadas pelo poder público. No período da Idade Média houve irresoluções no que tange ao comportamento e sentimentalidades acerca da deficiência. Os deficientes eram encarados como endemoniados, sendo excluídos da sociedade. Aos cegos e surdos eram atribuídos peculiares dons e poderes sobrenaturais. Santo Tomás de Aquino concebeu e firmou outra direção à deficiência, considerando-a como algo natural da espécie humana.

Neste panorama, segundo Bruno (2006), essas contradições geravam hesitação de sentimentos e atitudes. Tais contradições iam do enfeitamento extremo, fazendo com que surgissem assim as ações de cunho social, religioso e caritativo de proteção e cuidados como: hospitais, prisões e abrigos. No Renascimento, com o surgimento das ciências, as concepções racionais começavam a buscar explicações para as causas das deficiências, que foram consideradas do ponto de vista médico como doenças de caráter hereditário, males físicos ou mentais.

Conforme Mazzotta (1995), historicamente a educação de pessoas com deficiência embasou-se em uma concepção excludente, cunhada em um foco assistencialista na Europa. Já nos Estados Unidos e Canadá, o intuito foi o foco nos cuidados

básicos de saúde, alimentação, moradia e educação aos deficientes.

De acordo com Bruno (2006), os primeiros caminhos para o vislumbre a favor da educação de pessoas com deficiências emanaram na França no século XVII, país precursor das escolas direcionadas aos deficientes. Destacamos Jean Paul Bonet na didática dos deficientes auditivos e Charles M. Eppé, que idealizou o *Método dos Sinais* para tal comunicação. Somente no século XVIII, Valentin Haüy inaugurou o Instituto Real dos Jovens Cegos, focando o trabalho na leitura tátil. Este trabalho foi fomentado e ampliado no século XIX por Louis Braille, conhecido até hoje como método braile, crucial meio de interação e vivência para os deficientes visuais.

No que tange a educação de indivíduos com deficiência mental, a partir das observações da autora salientada acima, observa-se que o século XIX inaugura a contribuição relevante do médico Francês Jean Marc Itard. Esse médico compilou um método de ensino pautado em uma experiência na França com um menino selvagem. O método circunscrevia-se na repetição de experiências enaltecidas, sendo certo que nesse período a primeira instituição pública para a educação de crianças com deficiência mental foi residencial, fundada pelo médico francês Edward Seguin. Esse médico inaugurou um método inovador alicerçado na utilização de recursos didáticos com cores e música para fomentar a curiosidade, interesse e a aprendizagem dos educandos especiais.

Assim sendo, sob os fundamentos de Mazzotta (1995), analisamos a temporalidade da Educação Especial. Entendemos que o percurso da história no Brasil, no período compreendido entre 1854 a 1956, teve sua valia inaugural com D. Pedro II, que fundou no Rio de Janeiro sob o decreto número 1.428 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Porém, em 1891, a escola passou a

chamar-se Instituto Benjamin Constant (IBC) e em 1857 D. Pedro inaugurou no Rio de Janeiro o Instituto dos Surdos Mudos, denominando-se em 1957, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Percebe-se que tais institutos foram cruciais para promover a discussão acerca do currículo e formação de professores para cegos e surdos através do congresso solicitado pelo Imperador, desenvolvendo ações direcionadas para o atendimento educacional ou médico pedagógico direcionado aos deficientes. “Em 1874 o Hospital Estadual de Salvador, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, iniciou a assistência aos deficientes mentais” (MAZZOTTA, p. 30, 1995).

De acordo com o MEC, o documento: *Educação Infantil, saberes e práticas da inclusão* (2004) aborda que a primeira escola especial brasileira instaurada no século XIX foi o Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, como também o Instituto Imperial de Educação de Surdos. As escolas especiais se alastraram por toda Europa e Estados Unidos, elevando-se também as associações de pais de pessoas com deficiência física e mental na Europa e Estados Unidos. Neste trilhar, o Brasil inaugura a Pestalozzi e as APAES, contribuindo para um novo olhar acerca da deficiência. A contemporaneidade é marcada pela cientificidade e psicologismo, valorizando dos testes quantitativos, do treinamento sensorial e motor, inaugurando, assim, o século XX.

Observa-se, também, que a Declaração dos Direitos Humanos (1948) foi um marco em prol do direito de todos à educação pública. Entretanto, a Educação Especial embasada pelo novo perfil de integração cooperou para a criação dos serviços de ensino das classes especiais em escolas públicas brasileiras. Deste modo, calcada em Mazzotta (1995), podemos resumir que na primeira metade do século XX, até 1950, “havia

quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais” (MAZZOTTA, p. 31, 1995).

O autor ilustra neste período as Instituições preponderantes no percurso da educação especial no Brasil. Dentre elas cabe ressaltar: o Instituto Benjamim Constant – IBC e o Instituto de Cegos Padre Chico, com a construção do livro do cego no Brasil. Essas Instituições foram criadas em prol dos deficientes visuais. Já para o atendimento aos deficientes auditivos, destacam-se o Instituto Santa Terezinha, Escola Municipal de Educação Infantil e de Primeiro Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller, Instituto Educacional São Paulo. No que tange ao atendimento dos deficientes físicos no Brasil, o autor salienta a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Lar Escola São Francisco, Associação de Assistência à Criança Defeituosa AACD. No que concerne ao atendimento aos deficientes mentais, o autor frisa o Instituto Pestalozzi de Canoas, Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, Sociedade Pestalozzi de São Paulo, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE do Rio de Janeiro, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de São Paulo.

No período compreendido entre 1957 e 1993, Mazzotta (1995) discorre que houve no âmbito nacional campanhas a favor do atendimento aos deficientes. A primeira campanha foi em prol da educação do surdo brasileiro – C.E.S.B., pelo decreto federal número 42.728 de 3 de dezembro de 1957, com a instalação no Instituto Nacional de Educação de Surdos INES, situado no Rio de Janeiro. “Tinha por finalidade promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação

e assistência, no mais amplo sentido, em todo território nacional” (MAZZOTTA, p. 50, 1995).

Outra campanha destacada pelo referido autor ganha mérito em 1960, através de movimentos subsidiados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Rio de Janeiro pelo decreto 48.961 de 1960, que instituiu a Campanha Nacional de Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME. Tinha o propósito de “promover em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo” (MAZZOTTA, p. 52, 1995).

Neste prisma, a Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) dedica um capítulo à educação dos excepcionais, destacando um perfil integrador no sistema geral de ensino. Já a lei 5.692 de 1971, coloca a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, para delinear a política e as linhas de ação do governo, “com a finalidade de promover em todo o território nacional a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTTA, p. 54, 1995).

O grupo tarefa do Conselho Federal de Educação contribuiu para a criação do Ministério da Educação e Cultura e de um órgão central responsável pelo atendimento aos excepcionais no Brasil, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. Neste contexto, o Brasil buscava melhorias para educação especial. Somente 12 anos após aprovação da LDBEN 4024/61, especificamente em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, motivando ações educacionais em prol das pessoas com deficiência e com superdotação.

Beyer (2013) esclarece que somente com o surgimento das escolas especiais, como exemplificadas acima, as pessoas com deficiência foram inseridas em uma escola. Sob esta ótica, foi de suma valia as escolas especiais, sendo uma alternativa ao auxílio pedagógico não existente no percurso histórico brasileiro. Como fala Beyer:

Esse foi na verdade o grande mérito das escolas especiais, isto é, elas se constituíram nas primeiras escolas que atenderam alunos com deficiência. As escolas especiais, portanto, não eram, como alguns pensam, escolas “segregadoras”, pelo contrário, integraram pela primeira vez as crianças com deficiência no sistema escolar (p. 14, 2013).

Dando assim continuidade ao percurso histórico, evidenciamos que na década de 1980, sob o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, foram concretizadas ações integrativas nas políticas educacionais ocorridas até hoje nos sistemas escolares. O objetivo consiste no trabalho com os alunos originários das classes e escolas especiais para serem integrados nas turmas regulares, como também atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializadas. Sendo assim, para as pessoas com necessidades especiais integrar-se à sociedade é de suma valia um direcionamento atuante na área política, filosófica e científica da Educação Especial. Esse direcionamento ratificou-se em nosso país com o processo de redemocratização, a partir de reflexões e atitudes nas políticas públicas, nos objetivos e na qualidade dos serviços de atendimento como proposto nesta pesquisa.

Assim sendo, a política educacional brasileira na década de 1980, imbuída do perfil integrador inaugurado desde a LDB